



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Documento de Oficialização da Demanda (DOD)¹ **Pedido de aquisição de bens ou serviços e prorrogações de** **STIC**

Introdução

Em conformidade com o Guia de Contratações de STIC do Poder Judiciário, estabelecido pela Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, a fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) pela Área de TIC. **Este documento deverá ser elaborado pela Área Demandante da solução.**

1. Identificação da Área Demandante

Área Demandante: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC)

Responsável pela área: Valdir Luiz da Cunha

Matrícula: 1150

E-mail: setic@trt12.jus.br

Ramal: 4034

2. Identificação do Integrante Demandante e Substituto

Titular: Anderson Bastos

Matrícula: 2788

Lotação: Coordenadoria de Infraestrutura de TIC

E-mail: anderson.bastos@trt12.jus.br

Substituto: Edivan Carlos Cassaro

Matrícula: 3990

Lotação: SUPORTE - COORDEN DE SUPORTE TÉCNICO USUÁRIOS TIC

¹ Caso a estimativa do valor da aquisição de bens ou contratação de serviços aponte para dispensa de licitação fulcrada no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, os modelos de documentos e procedimentos a serem seguidos serão os estabelecidos na Portaria PRESI nº. 337/2022.

Email: edivan.cassaro@trt12.jus.br

2.1 Identificação do Integrante Técnico e Substituto

Titular: Alex Andrade Siqueira Campos

Matrícula: 4220

Lotação: SUPORTE - CENTRAL DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

E-mail: alex.campos@trt12.jus.br

Substituto: Pedro Paulo da Silva

Matrícula: 3164

Lotação: SUPORTE - COORDEN DE SUPORTE TÉCNICO USUÁRIOS TIC

E-mail: pedro.silva@trt12.jus.br

3. Identificação da Demanda

Manutenção de solução para viabilizar a continuidade de audiências, sessões trabalhistas e reuniões telepresenciais por meio de videoconferências.

3.1 Vinculação ou dependência a outro DOD/DFD

Não há vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

3.2 Grau de Prioridade da Contratação conforme PAC

Prioridade alta.

3.3 Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega dos bens

A solução é necessária para 1º de março de 2026, data em que vencerá a 4ª prorrogação do contrato 1038/2021, que suporta a ferramenta Zoom no âmbito do TRT12, não havendo possibilidade de nova prorrogação.

3.4 Modalidade de contratação prevista

Participação em Ata de Registro de Preços Nacional gerenciada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

3.5 Participação em Registro de Preços

A participação na Ata de Registro de Preços, decorre do disposto no Ato Conjunto n.º 54/TST.CSJT.GP/2020, que instituiu a plataforma Zoom como plataforma oficial de videoconferência em nuvem para a realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos da Justiça do Trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) será o órgão gerenciador de nova Ata de Registro de Preços para aquisição de licenças da referida plataforma.

Órgão: Tribunal Regional da 12ª Região

UASG: 080013

Solução de Videoconferência em Nuvem					
Item	Descrição	PartNumber	Unidade (1)	Qty. Mínima	Qty. Máxima
1	Zoom Enterprise Essentials	Z1-ESS-1-1YR	Licença Anual	100	200
2	Zoom Enterprise Plus	Z1-ENTP-50-1YP	Licença Anual	52	80
3	Zoom Rooms	PAR1-ROOM-BASE-RM1Y	Licença Anual	0	0
4	Conference Room Connector - CRC	PAR1-CRC-1-PT1Y	Licença Anual	0	0
5	Zoom Workplace Business (Corporativo – 10GB)	PAR1-BIZ-BASE-NH1Y	Licença Anual	120	200
6	Add-on “Armazenamento em Nuvem”, opção de 1TB	A confirmar	Licença Anual	1	15

Justificativa dos quantitativos:

Atualmente, o modelo de utilização da Plataforma Zoom no TRT12 conta com 200 licenças de Zoom Meeting, utilizadas pelas diversas unidades para videoconferências (audiências, sessões e reuniões), contratadas por meio do PROAD n. 1038/2021 e 63 equipamentos Poly Studio que utilizam licenças Zoom Rooms, contratadas através do PROAD n. 624/2023. Estes equipamentos são utilizados nas salas de audiências das Varas do Trabalho, além de SEGEP, SEAP e Escola Judicial.

Em reunião realizada em 23/7/2025 pelo grupo de estudo responsável pela contratação nacional das licenças do Zoom com participação de todos os TRTs, foi informado que não é possível contratar licenças **Enterprise** e licenças **Business** de forma concomitante. Portanto, não é possível contratar os itens 2 e 5, que seria a alternativa mais viável financeiramente para a realidade do TRT12.

Dessa forma, para manter o modelo vigente neste regional, é necessário registrar preço para os seguintes itens:

- Item 1 - Zoom Enterprise Essentials - que para cada 25 licenças Zoom Enterprise Essentials, é fornecida uma 1 licença de Zoom Rooms (Item 3);
- Item 2 - Zoom Enterprise Plus - que para cada licença Zoom Enterprise Plus é fornecida uma licença de Zoom Rooms (Item 3).

Para o segundo semestre de 2026 e início de 2027, a equipe da Coordenadoria de Suporte planeja realizar estudos para avaliar a possibilidade de troca dos equipamentos Poly Studio nas salas de audiência por câmeras 360°, modelo atualmente em uso no TRT5 (Bahia), que dentre outras vantagens não exigem licenças Zoom Rooms. Caso esse cenário se concretize, não seriam mais necessárias licenças que contemplem Zoom Rooms, sendo possível contratar os seguintes itens:

- Item 5 - Zoom Workplace Business (Corporativo – 10GB) - Licenças para videoconferência
- Item 6 - Add-on “Armazenamento em Nuvem”, opção de 1TB - espaço adicional

4. Alinhamento aos Planos Estratégicos

Embora não seja um projeto estratégico, a ação está relacionada com os seguintes objetivos da estratégia do TRT/SC 2021- 2026²:

- Garantir a duração razoável do processo;
- Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados.

5. Alinhamento ao Plano Diretor de TIC (PDTIC)

PDTIC 2025-2026

Objetivo 1: Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário;

Objetivo 2: Promover a Transformação Digital;

6. Alinhamento ao Plano Anual de Contratações (PAC)

PAC 2026 (POP 2026)

Identificador da demanda no PCTIC/PAC: 15353

Descrição do objeto no PCTIC/PAC: VIDEOCONFERÊNCIA - Viabilizar a continuidade de audiências, sessões e reuniões por meio de videoconferências com a plataforma Zoom.

7. Motivação/Justificativa

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classificou como pandêmico o quadro global da COVID-19, fazendo com que os órgãos públicos buscassem alternativas para manter os seus serviços disponíveis à população, realizando muitas de suas atividades de forma telepresencial, sendo este o início da realização das audiências na forma virtual dentro do TRT12.

Esse movimento foi incentivado pelos órgãos de controle externo do Judiciário - como o CNJ e o CSJT - que recomendaram formalmente o teletrabalho e o uso de ferramentas para atendimento online.

A experiência de quase cinco anos realizando Audiências, Sessões de

²O plano estratégico 2021 - 2026 do TRT12 está disponível em:
<https://portal.trt12.jus.br/sites/default/files/2021-05/PEI-TRT12%202021-2026%20v1.pdf>

Julgamento e reuniões administrativas por videoconferência, trouxe a perspectiva de manter esta forma de trabalho após a retomada integral das atividades presenciais. Afinal, o teletrabalho apresenta vantagens de custo e rendimento, e permite que pessoas com dificuldade de locomoção ou sem condições de deslocamento participem das audiências e sessões, trazendo celeridade ao Poder Judiciário.

Nesse cenário, o próprio Conselho Nacional de Justiça - CNJ - apontou as diretrizes para a utilização perene de sistemas de videoconferência nos Tribunais em sua Resolução nº 337, de 29 de setembro de 2020.

Também deve-se ressaltar que o [Ato Conjunto n. 54/TST.CSJT.GP, de 29 de dezembro de 2020](#), vigente, estabeleceu a plataforma Zoom como padrão nacional de solução de videoconferência para as atividades judiciais (audiências e sessões de julgamento) no âmbito da Justiça do Trabalho, após a homologação da Ata de Registro de Preços - ARP - 60/2020 do TST, cujo TRT12 foi participante. No TRT12, resultou no Contrato 1038/2021, que se encontra no seu 4º Termo Aditivo, vigente até 28 de fevereiro de 2026 e que não pode mais ser prorrogado.

Além deste contrato, em 2021 foi identificada a necessidade de ampliação da solução para atender a participação de um grupo de pessoas dentro de uma mesma sala física, como no caso das salas de audiências. Esses casos demandam o atendimento de requisitos próprios desse ambiente, como a localização e o foco na pessoa que está usando a palavra, a possibilidade de captura de dois ou mais ângulos, microfones que captem a fala com qualidade em qualquer lugar da sala e um bom sistema de caixas de som para que a reprodução da fala dos participantes que estão na videoconferência seja escutada com clareza pelas pessoas que estão na sala de audiência.

Nesse sentido, foi celebrado o contrato 624/2023, para a aquisição de terminais especializados de videoconferência (Poly Studio), que utilizam a versão do Zoom voltada para o gerenciamento de salas de reuniões de maior porte, denominada Zoom Rooms. Essa ferramenta era pioneira, à época, na implementação de recursos automatizados como o enquadramento das pessoas que fazem uso da palavra em frente a câmera e permitiam que o secretário de audiências, o magistrado, advogados, partes e depoentes pudessem se concentrar no objeto das audiências híbridas ou presenciais que precisam ser gravadas.

Com intenção de manter essa condição, a excelência na prestação jurisdicional e a conformidade com o [Ato Conjunto n. 54/TST.CSJT.GP, de 29 de](#)

[dezembro de 2020](#), faz-se mister a continuidade do modelo atual utilizado para videoconferências ou sua substituição por solução equivalente.

8. Resultados a serem alcançados com a contratação

Manutenção das Audiências, Sessões de Julgamento e reuniões administrativas por videoconferência para:

Atender as necessidades dos jurisdicionados e cidadãos;

Assegurar a conformidade com o Ato CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV n. 96/2020, vigente.

9. Quantidade a ser contratada

Para manutenção do modelo de videoconferência em uso no TRT12 e, considerando a possibilidade de fornecimento de licenças do tipo Zoom Rooms atreladas às licenças Zoom Enterprise Essentials e Plus, deverão ser adquiridas contas de serviço de videoconferência em nuvem, por 12 (doze) meses, distribuídas conforme item 3.5.

10. Fonte de Recursos e Valor Estimado

O valor da contratação foi estimado com base na quantidade de licenças hoje em utilização:

- 58 Licenças Zoom Enterprise Plus (1 licença Zoom Rooms para cada licença)
- Valor de uma unidade do Item 2 - R\$ 3.226,36
- 125 Licenças Zoom Enterprise Essentials (1 licença Zoom Rooms para cada 25 licenças) - Valor de uma unidade do Item 1: R\$ 2.365,96

Valor estimado mensal: R\$ 40.149,90

Valor estimado para 12 meses: R\$ 482.873,88

Exercício: 2026.

Valor estimado para o exercício de 2026: R\$ 402.394,90 (início em Março de 2026)

Origem: SETIC.

(X) GND3 - Material de Consumo

11. Encaminhamento

Encaminhe-se ao Subcomitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC).

Florianópolis, 24 de julho de 2025.

Anderson Bastos

Coordenador de Infraestrutura de TIC - INFRA

Claudio Zamparetti

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC -
Substituto